

# Teresina (Piauí – Brasil), uma capital escravista: relações sociais e trabalho escravo durante a segunda metade do Século XIX

*Rodrigo Caetano Silva*  
Universidade Federal do Piauí  
Teresina - Piauí - Brasil  
rodrigocaetano.ufpi@gmail.com

---

**Resumo:** A escravidão de negros e seus descendentes foi a forma de relação social de produção adotada, de uma forma geral, no Brasil desde o período colonial até o ano de 1888. Em Teresina, capital da Província do Piauí, hoje capital do Estado, a mão de obra escrava também foi utilizada imensamente. Neste rastro, este artigo tem por objetivo analisar os diversos tipos de trabalho escravo em Teresina e, além disso, almeja-se observar as formas de relações sociais entre senhor e escravo. O recorte cronológico da pesquisa começa em 1850 e se estende até 1888. O recorte inicial bem se explica face à aproximação com o ano de instalação da nova sede administrativa da província, 1852. O recorte final se explica em decorrência de ser 1888 o ano que marca oficialmente, em todo o império, o fim da escravidão. Já o recorte espacial da pesquisa se explica devido ao interesse de enriquecer ainda mais a produção historiográfica local.

**Palavras-chave:** Trabalho. Escravo. Relações Sociais. Teresina.

---

## Introdução

A escravidão foi a forma de relação social de produção adotada, de uma forma geral, no Brasil desde o período colonial até o ano de 1888, data que marcou oficialmente o fim da escravidão nestas terras. O Brasil foi sobremaneira marcado pela exploração da mão de obra negra, forçosamente trazida da África pelos europeus colonizadores, os portugueses.

No Brasil é grande a quantidade de pesquisadores dedicados a estudar a escravidão negra – o que também parece concorrer para que haja uma recorrente e fértil polêmica entre os estudiosos. No país existem basicamente três linhas de pensamento acerca desse campo de pesquisa. A primeira foi fundada e solidificada sobre as ideias do sociólogo Gilberto Freyre. Em sua obra *Casa Grande e Senzala*, publicada inicialmente no ano de 1933, Freyre (2006, p. 372) defende que o negro, na condição de escravizado, foi, ao lado do português, um colonizador agrário. Podemos perceber no livro que o autor não nega as atrocidades da escravidão e até esclarece que “não são dois nem três, os casos de crueldade de senhoras de engenhos contra escravos inermes” (FREYRE, 2006, p. 421). Assim, ele defende que a mão de obra negra foi de grande importância para o Brasil.

Gilberto Freyre contribuiu significativamente para a produção historiográfica do Brasil. Ele foi o precursor da Nova História neste país e um dos primeiros a estudar o negro na condição de escravizado, usando uma linguagem literária. Em *Casa Grande e Senzala* fez um apanhado rico em detalhes da vida cultural, privada e política da sociedade brasileira. Enxergou o negro além de um ser escravizado. Para ele, o escravo, ao lado do português, atuou como um colonizador. Ademais, fez elogios ao paternalismo dos senhores e conseguiu estabelecer escola, da qual veio a divergir a corrente construída pelo historiador Jacob Gorender.

Gorender foi o criador da segunda linha de pensamento acerca do tema escravidão negra. Em seu livro *O Escravismo Colonial*, cuja primeira edição data de 1978, contesta a ideia defendida anteriormente pelo sociólogo Gilberto Freyre. Neste livro, o historiador destaca que a característica mais essencial que firma um ser humano como escravo é o fato de este ser propriedade de outro ser humano. Uma vez um homem sendo escravo de outro homem ocorre “uma relação assimétrica, no sentido de que a propriedade se sujeita ao proprietário e nunca o contrário” (GORENDER, 2010, p. 90). Desta forma, o ser escravizado fica totalmente sujeito às necessidades e desejos de seu senhor. Pertencer a alguém como propriedade, segundo Jacob Gorender (2010, p. 90), constitui o atributo primário da escravidão e deste atributo derivam outros dois: “o da perpetuidade e o da hereditariedade”, ou seja, uma vez na condição de escravo o ser humano o é por toda vida e essa condição é passada para seus filhos.

Segundo Gorender (2010, p. 93), os homens escravizados eram considerados coisas, bens de seu senhor, que poderiam ser vendidos, trocados ou deixados de herança. Eram comparados aos animais, “daí ter sido usual a prática de marcar o escravizado com ferro em brasa como se ferra o gado”. Ele deixa explícito que, ao reagir à escravidão, o escravizado coloca-se como ser humano, não como coisa, acrescentando, porém, que a sociedade escravista só enxerga humanidade no escravizado se e quando este comete um crime – em muitos casos, lesão corporal ou homicídio contra o senhor ou seu preposto (GORENDER, 2010, p. 94).

Outra forma de negação do predicativo “coisa” era, conforme Gorender (2010, p. 99), a resistência ao trabalho. Segundo o historiador, “o escravizado é inimigo visceral do trabalho, uma vez que neste se manifesta totalmente sua condição unilateral de coisa apropriada, de instrumento animado”. Na corrente acastelada pelo historiador, o escravizado era um objeto nas mãos de seu senhor, mas não coisa qualquer, posto que

reagia constantemente à instituição escravista, buscando sempre a negação do predicativo coisa.

A terceira linha de pesquisa da escravidão surgiu mais recentemente, por volta do início da década de 80 do século XX. Sem negar a resistência ao sistema escravista, interpreta o trabalhador escravizado como um ser social disposto à conciliação e ao acomodamento. Repensa o conceito de violência do sistema, admite a resistência como espaço de negociação por um cotidiano mais brando e enxerga no senhor de escravos um amigo e complacente para com o escravizado. Nesse cotidiano, o escravizado ia lançando mão de estratégias para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo.

Nessa linha de pensamento, destaca-se o trabalho da historiadora Kátia de Queirós Mattoso<sup>1</sup> (2003). Em seu livro *Ser Escravo no Brasil*, publicado inicialmente no ano de 1982, ela aborda desde o processo de captura do negro na África até a libertação formal dos cativos no Brasil. Com uma leitura acurada do livro poderemos observar que a autora enfatiza que o escravizado passava por dois processos fundamentais antes de sua inserção na sociedade escravista: o primeiro era o de despersonalização, no qual o escravizado era levado a romper totalmente laços socioculturais anteriores, numa desconstrução dele como um ser social. Para o escravizado isso representava “uma condição que não só lhe tomava o que possuía antes, mas lhe roubava também o ser que ele era em sua sociedade africana de origem e o transformava num cativo totalmente desarmado” (MATTOSO, 2003, p. 101). O segundo processo era o de (re)personalização, no qual o escravizado, já despossuído de seus laços ancestrais, adaptava-se à sua nova condição social – a de ser escravo. Kátia Mattoso<sup>2</sup> (2003, p. 102) ainda acrescenta que a vida desses homens era encenada pelo tripé: humildade, obediência e fidelidade.

No que tocam as relações sociais entre senhor e escravizado, destaca a autora que poderiam ser brandas ou atroz, mas deixa bem nítido que, em regra geral, a preferência dos senhores era pela utilização da persuasão. Para Kátia Mattoso (2003, p. 103), a acomodação do escravizado em relação ao sistema escravista “é, na verdade, uma forma

---

<sup>1</sup>Também comungam da ideia resistência e acomodação os estudiosos (SCHWARTZ, 1977); (REIS, 1986); (SILVA, 1985) e (VAINFAS, 1986).

<sup>2</sup>Recentemente o historiador Mário Maestri (2015, p. 4-10), seguidor da corrente historiográfica construída por Jacob Gorender, escreveu o texto intitulado - *Como era Gostoso ser Escravo no Brasil*: a Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso. Neste texto, o historiador faz severas críticas ao texto *Ser Escravo no Brasil*, escrito pela historiadora Mattoso. Ele chega a afirmar que a historiadora, seguindo os ensinamentos de Gilberto Freyre, pontua que os negreiros portugueses eram mais gentis do que os concorrentes, no caso, os ingleses. Para ele, Kátia Mattoso desconhece a escravidão de nativos americanos. O historiador deixa bem nítido que a historiadora faz uma análise generalizada quando observa a forma de alimentação dos escravizados negros. Ainda segundo ele, a historiadora junta a comida de todos os escravos, no prato de um, daí a conclusão dela de que os negros escravizados eram bem alimentados. Para Mário Maestri, a historiadora Kátia Mattoso, afasta-se substancialmente das condições médias precárias de alimentação dos escravizados, fartamente documentada pela historiografia.

eficaz e sutil da resistência do negro em face de uma sociedade que pretende despojá-lo de toda uma herança moral e cultural”.

Basicamente, então, temos três linhas de pensamento acerca do tema escravidão negra no Brasil. Destaque-se que as três linhas de pensamento têm pontos de divergência, mas possuem em comum os escravizados como trabalhadores e mantenedores de relações sociais, seja por meios violentos, seja por meios de negociação. Segundo Certeau (2011, p. 28) “o corte definitivo em qualquer ciência [...] toma, em história, a forma de um *limite* original, que constitui uma realidade como ‘passada’ e que explicita nas técnicas proporcionadas à tarefa de ‘fazer história’”. Neste rastro, este artigo tem por objetivo analisar as formas de relações sociais entre senhor e escravo. Além disso, almeja observar os diversos tipos de trabalho escravo ocorridos em Teresina, capital da Província do Piauí.

O recorte cronológico da pesquisa que serviu de base para a produção deste texto começa em 1850 e se estende até 1888. O recorte inicial da pesquisa bem se explica face à aproximação com o ano de instalação da nova sede administrativa da província, 1852. O recorte final se explica em decorrência de ser 1888 o ano que marca oficialmente, em todo o império, o fim da escravidão. Acrescente-se que as fontes utilizadas para a produção do referido texto foram encontradas no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI), no Núcleo de Pesquisa, Documentação e Memória do Piauí (NUPEM), no site do Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demografia (NPHEd) e no site da Hemeroteca Digital Brasileira (BNDigital).

Ademais, a importância do tema proposto neste artigo para a academia bem se explica devido ao fato de que ainda não são numerosos nem os estudos nem os historiadores que se dedicaram a pesquisar o tema escravidão nas terras piauienses. Destacam-se como trabalhos de maior relevância pertinente ao tema as obras de Odilon José Nunes (2007), Joaquim Raimundo Ferreira Chaves – Monsenhor Chaves (1998), Luiz Roberto de Barros Mott (2010), Tanya Maria Pires Brandão (1999), Miridan Britto Knox Falci (1995), Solimar Oliveira Lima (2005), Mairton Celestino da Silva (2014), Francisca Raquel da Costa (2014), Talyta Marjorie Lira Sousa (2012), Débora Lainny Cardoso Soares (2014) e Genimar Machado Resende de Carvalho (2013).

Além disso, dentre esses historiadores, apenas Mairton Silva, Talyta Sousa e Genimar Carvalho analisaram, especificamente, o sistema escravista urbano, tema proposto a ser discutido neste artigo. Os demais historiadores voltaram suas penas com maior peso à análise do sistema escravista que ocorreu no campo, como é o caso da historiadora Tanya Maria Pires Brandão (1999, p. 154) que enfatiza a participação do escravizado nos afazeres

do campo e acrescenta que os escravos, além de aliviar o trabalho braçal, também serviam como objeto de ostentação para seu senhor. Numa obra com recorte no século XVIII, ela destaca ainda que no período colonial, na Capitania do Piauí a situação das áreas urbanas era precária e que as prestações de serviços não existiam. Com isso, o “trabalho dos escravizados limitava-se ao setor doméstico” (BRANDÃO, 1999, p. 145).

### **Uma capital: Teresina e sua população**

Segundo Monsenhor Chaves (1988, p. 23), Oeiras, primeira capital da Capitania do Piauí, não agradava a todos os governadores e presidentes que administraram a sede do governo a partir daquela cidade: “Muitos deles, alegaram razões diferentes, julgaram-na incapaz de sua missão, daí surgindo, mui cedo, a ideia de se mudar a capital para outro local mais apropriado e que melhores vantagens oferecesse”.

A cidade de Teresina é vista como a primeira capital planejada do Brasil, com seu sítio urbano tendo sido previamente traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX, ou seja, Teresina, assim como as cidades construídas pelos espanhóis em suas colônias nas Américas, teve seu planejamento urbanístico já traçado com o intuito de ser a sede do governo.

Teresina começou a ser construída ainda por volta de 1850, mas só teve oficialmente sua instalação em 16 de agosto de 1852, quando o então presidente José Antônio Saraiva a institucionaliza como capital da Província. A cidade foi criada em um local estratégico, visando a enfrentar o monopólio comercial que Caxias – cidade pertencente à Província do Maranhão – exercia sobre a região do Médio Parnaíba.

Fazer frente ao monopólio comercial que a cidade maranhense tinha sobre a região do Médio Parnaíba era uma das razões usada por Saraiva para justificar a transferência da capital, “porque fica na posição de tirar à Caxias todo o seu comércio com o Piauí, conseguindo-se assim a maior vantagem da mudança” (CARVALHO, 2013, p. 29). Por volta de 1860, a nova capital já contava com uma área urbanizada, com ruas e prédios públicos. O primeiro prédio construído foi a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, localizada no Centro da Capital.

Em *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*, a historiadora Genimar Carvalho (2013) procurou analisar e focar sua atenção, principalmente, para a participação dos educandos artífices e dos escravizados da nação, que podemos identificar como escravos pertencentes

ao Estado, no processo de construção das obras públicas da cidade de Teresina. O trabalho da historiadora é de grande importância para a compreensão do processo de construção das principais obras públicas que serviram como marco inicial da cidade de Teresina, a exemplo, da Igreja Nossa Senhora do Amparo.

Segundo o historiador Mairton da Silva (2014, p. 29), em frente à Igreja Nossa Senhora do Amparo localizava-se a Praça da Constituição, palco do vaivém de escravos, escravas e pessoas livres, transitando pelos empoeirados caminhos que se entrecruzavam com destino aos armazéns, tabernas e ao Mercado da cidade. Administrativamente, Teresina estava dividida em duas freguesias: Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores. Cada freguesia com sua igreja. Na primeira freguesia citada ficava a matriz da cidade, Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Esta freguesia possuía, ainda, segundo o historiador, um traçado urbanístico de 16 quarteirões (SILVA, 2014, p. 29). Analisando o *Recenseamento Geral do Império de 1872*, percebemos que na freguesia de Nossa Senhora do Amparo havia 1.329 casas e uma população de 8.554 almas.

Do total de pessoas, 3.651 eram homens livres, a maioria destes, 2.867, solteiros. Quanto à cor de pele dos homens e mulheres livres a predominância era a cor parda. Ainda segundo *Recenseamento Geral do Império*, 4.926 pessoas livres tinham essa tonalidade de pele. As pessoas brancas somavam 1.567, as pessoas pretas eram 285 e as caboclas eram 506. Do total da população da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, 1.270 eram escravos, o que representa, aproximadamente 14,9% do total da população. Os homens escravos somavam 687, sendo 254 pardos e 433 pretos. É importante destacar que, do total de escravos do sexo masculino, apenas um sabia ler e escrever.

Além disso, acrescenta-se que dos 1.270 escravos que residiam na freguesia do Amparo, 24 eram estrangeiros, sendo 16 escravos e oito escravas. As mulheres escravas somavam 583, sendo 220 pardas e 363 pretas. Ressalte-se que todas as 583 escravas eram analfabetas. Percebe-se que, quanto à cor dos escravos, a predominância era a cor preta (RECENSEAMENTO GERAL DO IMPERIO, 1872). Após a análise dos dados encontrados no *Recenseamento Geral do Império 1872* e destacados acima, convém ressaltar que a população da freguesia de Nossa Senhora do Amparo era predominantemente livre, de cor parda, analfabeta e solteira.

Ainda segundo Silva (2014, p. 39), na freguesia de Nossa Senhora das Dores era possível encontrar os piores problemas urbanos. Ele pontua que esta freguesia tinha um traçado urbano de 19 quarteirões, “ocupados na sua maioria por indivíduos que viviam da agricultura, ou seja, lavradores e roceiros”. Segundo o *Recenseamento Geral do Império*

1872, havia na freguesia de Nossa Senhora das Dores um total de 2.344 casas. Ainda segundo este censo, o número total da população desta freguesia era de 13.138 pessoas, das quais 11.335 eram homens e mulheres livres. Os escravizados somavam 1.803, ou 13,72% dos residentes na freguesia. No estrato populacional de pessoas livres, 5.755 eram homens e 5.580 eram mulheres. Quanto à cor dos homens, 1.743 eram brancos, 3.330 eram pardos, 219 eram pretos e 463 eram caboclos.

As mulheres somavam 5.580 e destas 3.665 eram solteiras, 1.279 eram casadas e 636 eram viúvas. Acrescente-se que 1.331 mulheres sabiam ler e escrever e 4.249 eram analfabetas. Quanto à cor, 1.839 eram brancas, 3.339 eram pardas, 232 eram pretas e 170 eram caboclas. Do total da população da freguesia de Nossa Senhora das Dores, 1.803 eram escravos: 872 eram homens, sendo 683 solteiros, 182 casados e sete viúvos. Quanto à cor dos escravos, 18 eram pardos e 854 eram pretos. Além disso, quatro escravos sabiam ler e escrever e a maioria, 868, era analfabeta.

As mulheres escravas somavam 931, das quais 922 eram solteiras, cinco casadas e quatro viúvas. Quanto à cor, 453 eram pardas e 478 eram pretas. Realce-se que todas as 931 escravas eram analfabetas. Percebe-se, quanto à cor dos escravos da freguesia de Nossa Senhora das Dores, a predominância da cor preta – mesma situação do estrato populacional de escravizados da freguesia do Amparo.

Após a análise dos dados colocados acima, convém ressaltar que a população da freguesia de Nossa Senhora das Dores era predominantemente livre, de cor parda, solteira e analfabeta, assim como na primeira freguesia analisada. Fazendo a soma do número da população das freguesias de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores, chega-se ao seguinte resultado: havia em Teresina uma população de 21.692 almas, das quais 3.073 eram escravos, o que em termos percentuais representa aproximadamente 14,2% do número total da população.

### **Relações sociais: violentas e complacentes**

Como já citado, a escravidão de negros e seus descendentes foi a forma de trabalho compulsório adotada, de uma maneira geral, no Brasil, desde o período colonial até o ano de 1888, quando essa prática de trabalho escravo foi oficialmente abolida. Embora tenham ocorrido tentativas de submeter os nativos ao trabalho escravo, a escravidão no Brasil foi marcada, principalmente, pela exploração da mão de obra de negros trazidos da África pelos

européus colonizadores do território – os portugueses – e posteriormente por seus descendentes.

O trabalho dos escravizados era utilizado, sobretudo, nas fazendas e nos engenhos de cana-de-açúcar, fiscalizados por feitores. Em caso de fuga, eram perseguidos por capitães-do-mato subordinados ao senhor, encarregados de reprimir os delitos praticados pelos escravos. Nas áreas urbanas, os cativos também foram utilizados como mão de obra dos senhores, trabalhando em diversos afazeres. Eles eram pedreiros, carpinteiros, roceiros, domésticos, etc.

Machado de Assis<sup>3</sup> (2010), grande escritor brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XIX, viu de perto como a sociedade escravista da corte se comportava. Em *Memória Póstumas de Brás Cubas*, o autor narra como o protagonista que dá nome ao romance se relacionava com uma escrava doméstica:

Desde os cinco anos de idade merecera eu a alcunha de ‘menino diabo’; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquino e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, deitei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’; e eu tinha apenas seis anos (ASSIS, 2010, p. 47).

É importante destacar que a literatura sempre é tida como ficção<sup>4</sup>, mas isso não impede que seja utilizada como fonte pelos historiadores. Os ficcionistas observam o seu meio social e o tomam como alusão para a construção/criação de seus personagens e narrativas. Assim, o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* nos ajuda a ter uma noção de como ocorriam as relações sociais entre senhores e escravos dentro das casas.

Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso,

<sup>3</sup>No Brasil, um dos estudiosos da obra machadiana é o historiador Sidney Chalhoub (2012). No livro: *Machado de Assis, historiador*, ele procurou compreender a produção do romancista a partir do contexto social e histórico em que deu origem a ela. O historiador analisou romances e contos de Machado de Assis em busca do sentido das mudanças do período, segundo a visão do romancista.

<sup>4</sup>Ao analisar o diálogo entre Chapelain, Gilles Ménage e Jean-François Sarasin, sobre a obra medieval *Lancelote*, Carlo Ginzburg (2007, p. 80-93) observou que Ménage teve visão contrária à de Chapelain. Para aquele, *Lancelote* era uma obra desprezível e deixa evidente que Chapelain não poderia encontrar nela um homem comparável com Homero ou Lívio. Ou seja, para Ménage não era possível encontrar na ficção algo que chegasse próximo ao real. O ceticismo de Ménage fez com que Carlo Ginzburg se lembrasse dos textos de Sexto Empírico. Para este, a história verdadeira era um acúmulo de inúmeros fatos e pequenos fatos sem importância e, portanto, diferentemente da medicina ou da música, não tendo método, não é uma *techné*. A história falsa, isto é, o mito, e a história como-se-fose-verdadeira, isto é, a comédia e o mimo, falam de fatos não ocorridos: impossíveis no primeiro caso, possíveis, mas puramente hipotéticos no segundo. Carlo Ginzburg nos mostra que a visão de Sexto Empírico não era compartilhada por La Mothe Le Vayer. Pelo contrário, este, assim, rebate as críticas de Sexto Empírico: a história é uma arte que, contrariamente ao que afirmava Sexto Empírico, pode muito bem ter como objeto coisas falsas e inexistentes, ou seja, mitos e ficções. Segundo Carlo Ginzburg, ao final do diálogo intitulado: *De la lecture des vieux romans*, dedicado a Jean-François Paul de Gondi, então coadjutor do arcebispo de Paris, Ménage parece ter entendido a visão de Chapelain, pois, assim, ele finaliza: por meio de um livro como *Lancelote* tornamo-nos amigos íntimos daqueles personagens, a ponto de colher a própria essência da alma deles. Pontuamos que a literatura pode muito bem ser utilizada pelos historiadores como fonte. Nela podemos encontrar fatos que podem ser úteis à compreensão de uma sociedade em determinada época, até porque, como destacou Chapelain ao repelir as críticas de Ménage: um escritor que inventa uma história, uma narração imaginária que tem como protagonistas seres humanos, deve representar personagens baseados nos usos e costumes da época em que viveu, do contrário eles não seriam críveis.

com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia- algumas vezes gemendo-, mas obedecia sem dizer palavra, ou quando muito, um 'ai, nhonhô!' ao que eu retorquia: 'cala a boca, besta!' (ASSIS, 2010, p. 47).

Nas citações tiradas de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* destacadas acima podemos perceber que a escrava e o escravo não reagem às violências cometidas por Brás Cubas. Machado de Assis evidencia isso muito bem na segunda citação. Percebe-se que o máximo que Prudêncio resistia era quando falava: “ai, nhonhô!”. Mais uma vez é importante destacar que as citações acima são ficcionais, porém, nos permitem uma noção de como ocorriam as relações entre senhor e escravo fora do universo romanesco de Machado.

Ao analisar o sistema escravista que ocorreu nas zonas rurais e urbanas do Piauí, a historiadora Francisca Raquel da Costa (2014) nos mostra escravos domésticos menos dóceis do que aqueles da ficção machadiana de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. A historiadora foca sua atenção nas relações sociais entre senhor e escravizado no Piauí oitocentista. Em seu trabalho, nos apresenta o cativo resistindo e negando sua condição de escravizado, de coisa apropriada e conclui que, em muitos casos, as relações entre senhor e escravos ocorriam por meios violentos, mas evidencia que os cativos resistiam a esta violência, mesmo dentro das casas dos senhores. Segundo a historiadora, “das cozinhas saía o ‘sabor’ da resistência contra os senhores e senhoras. Muitos escravos utilizavam o dom que adquiriam para colocar veneno dentro dos saborosos pratos preparados para a família senhorial” (COSTA, 2014, p. 33).

As relações sociais entre senhores e escravos, no Piauí, em vários casos ocorriam por meio da violência e muito frequentemente a agressividade ficava marcada nos corpos dos escravizados. As marcas da violência se tornam perceptíveis nas leituras de anúncios de jornais, como este: “escravo fugido - ao abaixo assignado fugiu um seu escravo por nome Joaquim, cabra, alto e seco, com pouco buço de barba, pernas e braços foreiros, com cicatrizes de relho nas costas e nádegas, pernas grossas, pés grandes com um caroço acima do umbigo” (O ECHO LIBERAL, 24 de junho de 1852).

Nos anúncios de jornais do século XIX podem ser encontrados com grande facilidade diversos anúncios divulgando fugas de escravos. Nos periódicos que circulavam em Teresina também podem ser vistos anúncios que tratavam dessas fugas: “fugiu no dia 30 de agosto de 1865, da cidade de Teresina, Província do Piauí, a escrava Silvéria, já idosa, bem preta, seca de corpo e delgada, bem exmalmada” (CHAVES, 1988, p. 191). Observa-se nos anúncios a nítida e minuciosa descrição da fisionomia do escravo fujão. O detalhamento na descrição era para facilitar a captura. Nota-se, também, que mesmo os escravos idosos

lutavam para sair de suas amarras e praticavam a fuga como forma de resistência ao sistema que os escravizava.

Para Chaves (1988), é possível distinguir de forma nítida duas fases no sistema escravista que vigorou no Piauí. A primeira inicia-se com a entrada do escravo nas terras que hoje formam o Piauí e se estende até o começo do período imperial. Nessa fase, segundo ele, imperaram os castigos mais violentos. A segunda fase inicia-se no ano de 1850, quando medidas enérgicas começaram a ser tomadas para o cumprimento da Lei de 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os escravos vindos de fora do Império e previa penas aos importadores de pessoas escravizadas. Nessa fase, a redução dos castigos, segundo Chaves (1988, p. 191), foi considerável, mas ele esclarece que mesmo nesse período, “houve muito tronco, muito gargalheira e muitos escravos castigados”.

A segunda fase ocorre justamente no processo de formação de Teresina. Assim, acompanhando esse raciocínio, é possível aceitar o argumento de Chaves (1988, p. 193): “em Teresina, ninguém suportava maus-tratos em escravos e a imprensa vergastava impiedosamente o culpado, fosse ele embora o Comandante da Polícia”. Em pesquisa nos jornais do século XIX, o autor encontrou em *A Imprensa*, de 23 de agosto de 1873, a ação violenta do comandante da polícia da Província do Piauí sobre uma escrava:

Escândalo - é intolerável o de que fomos testemunhas nesta capital, no domingo, 17 do corrente agosto de 1873, de 4 para 5 horas da tarde, na Praça da Constituição. Há esta hora, quando se achavam às janelas de suas casas diversas famílias, era conduzida por Policiais, quase arrastada para a cadeia, uma preta seminua, cujos gritos excitaram a indignação de todos contra o autor de tamanha violência. Admira que dentro de uma capital, à face das autoridades superiores, sem respeito ao pudor das famílias, se dê um fato desta ordem e que seja dele autor o próprio Comandante da Companhia de Polícia, segundo fomos informados, quando, antes de tudo, lhe cumpre velar para que se não afronte tão às escâncaras a moralidade pública e não se trate como a um irracional uma criatura humana, já por sua condição servil tão infeliz. Consta-nos que a preta, que se achava alugada ao Sr. Capitão J. Serafim, fora mandada arrastar pelo mesmo, completamente nua, e teria sido levada neste estado para a cadeia se uma alma caridosa não se tivesse compadecido dela, dando-lhe um pano com que conseguiu cobrir parte do corpo (CHAVES, 1988, p. 194).

A partir da análise desta citação podemos observar pessoas que agiam de forma violenta sobre os escravos e aquelas que condenavam a violência de modo veemente, compadecendo-se das péssimas condições de vida às quais os escravizados eram submetidos. Convém, no entanto, observar que a indignação estampada no jornal, possivelmente, também fosse motivada não pela violência em si, mas sim pelo fato de a escrava estar sendo arrastada e agredida publicamente ou ainda por estar seminua durante o ato de violência praticado nas ruas da capital da Província do Piauí, o que poderia ser uma afronta ao pudor das famílias as quais presenciavam o fato bárbaro.

São fartas as notícias nos jornais do século XIX sobre violência praticada contra os escravizados que viviam em Teresina. No jornal *A Época*, por exemplo, encontramos muitas notícias acerca dessa violência. Ligado ao *Partido Conservador*, o jornal foi criado em 8 de abril de 1878. Era editado em tipografia própria. Foram seus redatores Teodoro Alves Pacheco, Raimundo de Area Leão e Simplício Coelho de Resende. *A Época* trazia como lema a frase “jornalistas do mundo inteiro: despi-vos dos preconceitos nacionais, denunciai todos os crimes e nomeai os criminosos” (CELSO FILHO, 1997, p. 88-89). Provavelmente, o *slogan* tenha contribuído para as várias denúncias de maus-tratos aos escravizados que viviam em Teresina e fora da cidade, como esta:

Foi levado a presença do Dr. Chefe de polícia, no dia 11 deste mês, um escravo – surrado por tal forma a causar horror a todos quando o virão. Veio do sítio Altamira, de propriedade o senhor tenente-coronel Miguel Pereira de Araújo, onde fora o infeliz amarrado a um banco por um filho do referido tenente-coronel e desumana e barbaramente surrado. As regiões dorsal, torácica e abdominal do miserável escravo apresentam as mais horríveis cicatrizes. A região frontal - grandes echymose produzidas pelos saltos de sapatos como referido pelo mesmo escravo. As pernas e braços também apresentam grandes sinais profundos de relho! O infeliz, apesar de moço e de constituição vigorosa, mal pode andar! E tanta crueldade foi posta em pratica por causa de um furto de uma espiga de milho! O infeliz escravo é de propriedade de uma órfã, filha do finado capitão Boa-vista. Razão demais para ser punido o autor do atentado. Consta-nos já ter sido feito o exame de corpo de delito em vista do qual o delinquente não pode se eximir a punição, se o patronato e a proteção ao crime não vier alçar o colo contra os reclamos da justiça social. Agradamos o Resultado (A ÉPOCA, 14 de dezembro de 1878).

Como podemos perceber as notícias dos jornais que circulavam em Teresina da segunda metade do XIX não deixam margem à dúvida. É certa a afirmação de Chaves (1988) quando ressalta que a imprensa delatava impiedosamente o culpado por praticar maus-tratos aos escravizados, conforme, aliás, está bem-posto na citação de A ÉPOCA, ao exigir colocar o agressor do escravo na condição de criminoso e a exigir da autoridade a punição devida. Segue mais uma prova que ratifica a afirmação de Chaves e também a nossa, com base no texto de A ÉPOCA, de uma reação à violência contra os escravos:

Barbaridade - Há cinco ou seis dias, cremos que na noite de 9, o sargento de polícia Marcelino Castelo Branco, rondando a cidade, encontrara um indivíduo que trazia ao pescoço uma coleira de ferro, visível por causa de uma ponta que se elevava de um lado, e mandara-o recolher a prisão. No dia seguinte, levado o preso a polícia, pelas indagações procedidas e pela confissão que fizera, soube-se que era escravo do senhor coronel comandante superior das Vilas das Barras, Manoel Rodrigues Lages; que dali da casa de seu senhor, fugira com desígnio de vir a esta cidade queixar-se as autoridades dos bárbaros castigos que recebia. E de feito, o pobre e miserável escravo estava de causar dó! Tinha as costas e as nádegas horrivelmente rasgadas pela ação do chicote! E estas, além disso, profundamente golpeadas por navalha ou faca bem amolada! A polícia satisfez-se sem horrorizar-se o deplorável estado dessa criatura, e a providencia que tomou foi enviá-lo em paz ao seu desumano senhor (A ÉPOCA, 18 de setembro de 1880).

Duas observações são pertinentes a respeito desta citação. Primeira: é possível ver que em alguns casos o Estado, na citação acima representado pela polícia, era permissivo à ação violenta praticada pelos senhores sobre os escravos. Segunda: apesar de o escravo ter sofrido várias mutilações, encontrou força para denunciar os maus-tratos praticados pelo seu senhor contra ele. É importante observar que, em um sistema tão complexo como era o escravista, não foi exceção a denúncia de escravos relatando maus-tratos de seus senhores<sup>5</sup>.

Como foi escrito na introdução deste texto, por volta do início dos anos 80 do século XX, surgiu no Brasil uma corrente historiográfica que repensava o sistema escravista vigente nestas terras até o ano de 1888. Essa nova corrente, sem negar a violência e a resistência ao sistema escravista, interpreta o escravizado como um ser social disposto à conciliação e ao acomodamento. Repensa o conceito de violência do sistema escravista, admite a resistência como espaço de negociação por um cotidiano mais brando e enxerga um senhor às vezes amigo e complacente para com seu escravizado. Neste ambiente, o escravo ia lançando mão de estratégias para sobreviver, ora curvando-se aos ditames do senhor, ora a eles resistindo.

O pensamento do historiador Mairton da Silva (2014) está amparado na visão desta nova corrente. Assim, apresenta-nos o autor uma sociedade teresinense menos violenta e com escravos planejando estratégias para sair de sua condição jurídica-social – ser escravo. Para o historiador, um número considerável de escravos trazidos à Teresina realizava dois trabalhos: um nas construções públicas da nova cidade e outro nos seus próprios roçados.

O historiador reconhece que era difícil para o escravo realizar os dois trabalhos, mas realça que a posse da roça representava uma conquista para o cativo. Acrescenta que isso possibilitava a este desfrutar de uma economia própria, na qual poderia vender e trocar nos mercados e feiras da cidade o excedente da produção adquirida no roçado. Contudo, deixa bem nítido que, na visão do senhor, disponibilizar um pedaço de lote de terra para o escravo construir seu roçado, “funcionava como uma política de controle social” (SILVA, 2014, p. 44).

Ao analisar o trabalho do historiador percebemos que ele não nega a existência de controle sobre a população escrava. No entanto, o controle acontecia, principalmente, através de negociação entre senhor e escravizados. Ele também aceita a resistência do escravo contra o sistema, mas entende que essa resistência acontecia em vários casos por

---

<sup>5</sup> Em pesquisas realizadas no Arquivo Público do Estado do Piauí - APEPI, o antropólogo Luiz Mott (2010, p. 140-141) encontrou uma carta do final do século XVIII supostamente escrita por uma escrava de nome Esperança Garcia. Na carta a escrava denunciava os maus-tratos praticados pelo seu senhor contra ela e seu filho. A escravizada era de origem da Fazenda Algodões, mas foi retirada de sua fazenda para servir de cozinheira na Inspeção Nazaré, onde, juntamente com seu filho, era cruelmente torturada pelo capitão da Fazenda.

meio de estratégias que se concretizavam em face às negociações. O historiador nos apresenta uma Teresina onde o escravo que vivia na zona urbana, ao realizar seus afazeres, aproveitava o momento para se socializar com outras pessoas, escravos ou não. Assim, ele pontua:

As expectativas e solidariedades que os escravizados construíam na cidade poderiam extrapolar os próprios limites da classe ou da condição social a que pertenciam, abrindo espaço para acordos e negociações, tanto na vertical como na horizontal, ou seja, estratégias em busca de barganhas com escravos e brancos livres da cidade (SILVA, 2014, p. 63).

Segundo Mairton da Silva, para o escravizado atingir seus objetivos procurava negociar com seus pares ou com os brancos. Em seu trabalho, o historiador nos indica dois meios com os quais o escravizado buscava alcançar seus objetivos: “primeiro, deve criar amizades com pessoas alfabetizadas, em segundo lugar, adquirir bens e construir em meio à instituição escrava, uma rede de sociabilidade com diferentes grupos sociais, fossem eles cativos, libertos, soldados ou brancos livres da cidade” (SILVA, 2014, p. 64).

Chaves (1988, p. 191), ao realizar estudos sobre o sistema escravista no Piauí, chegou à seguinte conclusão: “havia bons senhores, que eram a maioria no Piauí. Destes, às vezes, abusavam os próprios escravos”. Em Teresina, capital da Província do Piauí a partir de 1852, também era possível encontrar senhores mais tolerantes. Em pesquisa que fizemos no Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI nos deparamos, nos livros de registros e notas de Teresina, com várias cartas de alforria de escravos. A saber: “Digo em abaixo assignado que entre os bens que possuo há uma escrava de nome Paula, com idade de sessenta anos pouco mais ou menos, a qual aforro de minha livre vontade sem ser constrangido por pessoas alguma” (Livro de notas. Número 02. Ano: 1855-1856). Segue outra carta de alforria:

Digo em abaixo assignado que por falecimento de meus pais, Luís José da Silva e Maria Joaquina de Jesus, cabe a cada um de nós herdeiros hum escravo, e por convenção feita entre nós fiquei-me com a escrava Umbelina, mulata, de idade de trinta anos pouco mais ou menos, a qual como me tem servido a meu gosto dou contente a escrava sua alforria para que de hoje em diante goze de sua liberdade como se de ventre livre nascesse (Livro de notas. Número 02. Ano: 1855-1856).

O complexo sistema escravista brasileiro não comporta ser analisado e enxergado somente pelo véis da violência entre senhores e escravos. Se assim o fizermos, haverá um defeito na análise. Já compartilhamos deste equívoco. Por isso, é importante que se esclareça que não estamos negando a violência no sistema escravista, pelo contrário, pontuamos que em vários casos as relações entre senhores e escravos ocorriam por meio dela. No entanto, ampliamos nossa visão e passamos a enxergar as formas de relações sociais e a resistência

ao sistema escravista para além da violência. Resistir ao sistema também poderia significar barganhar, negociar, violar ou até matar.

Para a sociedade escravista, o escravo era apenas um objeto. Contudo, mesmo os tendo coisificado, a sociedade não podia suprimir neles ao menos o restante último de ser humano. Sendo assim, apesar de estarem em uma condição jurídico-social de ser coisa, os escravos nunca deixaram sua condição humana. Com efeito, jamais abriram mão de sua capacidade de pensar e agir por modo próprio, de criar estratégias e táticas para livrarem-se das amarras da escravidão por ações mais sutis, menos violentas. Assim, podemos inferir que tanto a violência (morte) quanto a complacência (barganha) foram inerentes e concomitantes ao sistema escravista que ocorreu em Teresina, Piauí.

### **Trabalho escravo em Teresina**

Voltando à citação do jornal *A Imprensa*, encontrada por Chaves (1988), é possível observar a utilização de escravo de aluguel na sociedade teresinense. Os escravos de aluguel eram utilizados tanto no meio rural quanto no meio urbano. Em estudo sobre o sistema escravista que ocorreu na zona urbana da cidade do Rio de Janeiro<sup>6</sup> durante o século XIX, o historiador Luiz Carlos Soares (2007, p. 53) concluiu que o aluguel de escravos se constituía em uma forma lucrativa de negócio para os senhores de escravos da corte. Segundo o historiador, no Rio de Janeiro, “este tipo de transação existia desde a época colonial, mas foi nos anos 1810 que o aluguel de cativos aumentou consideravelmente, acompanhando o crescimento do tráfico negreiro e da economia da cidade e seus arredores”.

Era comum entre os senhores de escravos colocarem seus cativos para aprender algum ofício. Assim, o senhor poderia lucrar mais com os escravos alugados. Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Soares (2007, p. 56), havia casas de compra, venda e aluguel de escravos. Ele afirma que “os acordos entre locadores e locatários eram estabelecidos diretamente nos endereços anunciados, e os pagamentos dos valores eram feitos mensalmente e, com muita frequência, adiantadamente”. Ainda segundo o historiador, “os locadores de escravos eram responsáveis por seu sustento e cuidado durante o período de aluguel, além da obrigação de devolvê-los com boa saúde a seus proprietários”. O autor

---

<sup>6</sup>Também analisaram o sistema escravista que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro as historiadoras: (ALGRANTI, 1988); (KARASCH, 2000) e (SILVA, 1988).

também pontua que, além das casas de compra, venda e aluguel de escravos, era possível encontrar estes para serem vendidos e alugados em anúncios de jornais.

Salientamos que durante a pesquisa não encontramos fontes que nos permitissem afirmar que na Teresina do século XIX houvesse casas especializadas na compra, venda e aluguel de escravos. Contudo, não descartamos a possibilidade de terem existido na cidade casas como as que havia no Rio de Janeiro. Contudo, a pesquisa nos jornais nos permite afirmar que são fartos os anúncios nos jornais que circulavam em Teresina na segunda metade do XIX sobre compra e venda de escravos: “o abaixo assinado Sr. Joaquim Ferreira da Costa compra escravos de bonitas figuras de 12 a 25 anos de idade e paga bem” (O PIAUHY, 10 de abril de 1869).

Em Teresina, *a priori*, a grande maioria dos escravos começou a trabalhar nas obras públicas da nova sede do governo, como a construção da Igreja Matriz. Com o passar dos anos, as formas de trabalho escravo variavam bastante. Ao analisar o censo de 1872, a historiadora Genimar Carvalho (2014) observou que em Teresina havia escravos trabalhando como doméstico, lavrador, costureiro, pedreiro, carpinteiro, marceneiro, ferreiro e sapateiro.

Em Teresina, também existiam os escravos prestadores de serviço, ou seja, os escravos de aluguel e os escravos de ganho, característicos do meio urbano. Os escravos de ganho eram aqueles que recebiam uma quantia em dinheiro pelos serviços prestados a terceiros. A quantia recebida não se constituía como salário, posto que ela era repassada ao proprietário do cativo ganhador.

Com a análise do sistema de ganho fica perceptível que os escravos de ganhadores mantinham acordos preestabelecidos com seu senhor, que estipulava uma quantia em dinheiro a ser obtida pelo escravo. Em vários casos a quantia em dinheiro estipulada pelo senhor era exorbitante, o que tornava difícil a aquisição do valor estabelecido como meta. Os escravos de ganho saíam às ruas para vender produtos como doces, salgados, temperos entre outras mercadorias. Poderiam ainda prestar algum tipo de serviço a outro senhor. Tinham ainda a possibilidade de atuar como carpinteiros, barbeiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, marceneiros dentre outros ofícios, desde que cumprissem com o valor estipulado.

Também era permitido ao escravo de ganho ficar com o excedente do valor estipulado. Este excedente era utilizado pelo escravo para suprimir suas necessidades, mas, também, era possível, em alguns casos, ajudar na compra de sua carta de alforria.

Digo em abaixo assignado Maria cândida da Conceição, que entre meus bens que possuo livre e desembargados de (?) e perfeita posse, e bem assim hum escravo de nome Bento, cabra, com idade de vinte e sete anos, o qual me coube na (?) de meu cuzal (?), e nesta data lhe dou sua alforria pela quantia de quinhentos mil reis, cuja

quantia recebo das mãos do referido meu escravo (Livro de notas. Número 02. Ano: 1855-1856).

As mulheres escravas também trabalhavam. Geralmente, atuavam como amas de leite, doceiras, vendedoras ambulantes e domésticas e também desenvolviam o papel de escravas de ganho. Com a quantia em dinheiro do excedente proveniente do ganho ou com o dinheiro conseguido na venda dos produtos excedentes dos roçados, como pontuou o historiador Mairton da Silva (2014), o escravo podia juntar valor suficiente para comprar sua carta de alforria.

Chaves (1988, p. 196) pontifica que os escravos, com ajuda de esmolas e donativos, também podiam acumular recurso financeiro suficiente para comprar sua carta de alforria. É importante que se destaque que a compra da carta de alforria pelo escravo não era fácil. Apesar da dificuldade em juntar seu pecúlio para comprar sua carta de alforria, eles também enfrentavam as artimanhas dos senhores:

O atual juiz municipal da cidade de Parnaíba, bacharel Francisco Botelho de Andrade, apossando-se do pecúlio de sua escrava de nome Eufêmia, não satisfeito em recusar-se a passar-lhe a carta de liberdade, não quer restituir ou depositar aquela importância, montante a cento e setenta e tantos mil réis, conforme nos informaram daquela cidade pessoas aquém a referida escrava declarou o destino que dera a esse dinheiro, obtido por esmolas que pedira a diversas para liberta-se (CHAVES, 1998, p. 196).

Em pesquisas que fizemos no Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI nos deparamos com o *Resumo Geral dos Escravizados Matriculados na Província do Piauí*, documento que data do ano de 1887 e no qual podemos constatar que havia escravos trabalhando nas seguintes atividades: agrícola, artista e jornaleiro (Fundo: Palácio do governo. Série: não tem. Subsérie: Escravos. Século XIX. Anos: não tem). É importante salientar que o escravo agrícola era aquele que trabalhava nas plantações, o artista era o que desenvolvia um trabalho mais especializado, como por exemplo, pedreiro, sapateiro. Por sua vez, o jornaleiro era aquele escravo que trabalhava por jornada de trabalho, por exemplo, os escravos de ganho. Ressaltamos que a mão de obra escrava em Teresina foi de suma importância para cidade, pois foi com a ajuda dela que vários prédios públicos foram construídos na nova cidade que se tornaria a sede da Província.

### Considerações finais

Segundo Certeau (2011, p. 69), “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documento’ certos objetos distribuídos de outra maneira”, ou

seja, na produção de seu texto, o historiador precisa selecionar o material que lhe será útil. Mesmo tendo em mente que o historiador nunca poderá analisar tudo aquilo sobre um tema preestabelecido e que a subjetividade estará presente em sua escrita, ao selecionar os materiais, podemos cometer o deslize de separar apenas aquilo que nos convém. Desta forma, analisar algo tão complexo quanto o sistema escravista brasileiro apenas pela natureza da violência ou pelo viés da complacência do senhor para com o escravizado é um erro. Dependendo de como o historiador conduz sua pena, a instituição escravista pode ser um banho de sangue ou um mar de rosas.

Ao longo deste texto, trabalhamos com fontes e autores que nos apresentam eventos e visões diversas. Neles estão a violência, praticada tanto pelo escravizador quanto pelo escravizado; a complacência dos senhores de escravos e as formas sutis ou não de resistência dos cativos. Vimos como violência, complacência e resistência se davam no âmbito do sistema escravista da cidade de Teresina e como atuavam os escravos no espaço citadino, em um ambiente no qual faziam diversos afazeres e no qual concomitantemente buscavam a liberdade, pela violência ou acumulando pecúlio para adquirir a alforria.

O que se viu no sistema escravista em Teresina somente corrobora as diferentes visões das três linhas de estudo da escravidão, evidenciadas já na introdução deste artigo, que têm pontos de divergência e intersecção, sendo essas fundamentais para a compreensão da instituição escravista e as alterações que vai sofrer até sua extinção formal.

---

#### **TERESINA (PIAUI - BRASIL), UNA CAPITAL DE ESCLAVOS: LAS RELACIONES SOCIALES Y EL TRABAJO ESCLAVO DURANTE LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XIX**

**Resumen:** Esclavitud de los negros y sus descendientes era una forma de relación social de producción adoptada, en general, en Brasil desde el período colonial hasta el año 1888. En Teresina, capital de la provincia de Piauí, hoy la capital del estado, la mano de obra esclava se utilizó también inmensamente. En esta rastro, este artículo tiene como objetivo analizar los diferentes tipos de mano de obra esclava en Teresina y, por otra parte, tiene como objetivo observar las formas de relaciones sociales entre señor y esclavo. El corte cronológico del estudio se inicia en 1850 y se extiende hasta 1888. El corte inicial tan si explica debido a la estar perto del año de la instalación de la nueva sede administrativa de la provincia, 1852. El corte final se explica debido a ser 1888 año que oficialmente marca, em todo del imperio, el fin de la esclavitud. Puesto que el área espacial de la investigación se explica por el interés de enriquecer aún más la producción histórica local.

**Palabras clave:** Trabajo. Esclavo. Relaciones Sociales. Teresina.

---

## Referências

### Fontes: jornais e documentos

O ECHO LIBERAL. Oeiras, 24 de junho de 1852. Número 111.

A ÉPOCA- órgão conservador. Teresina, 14 de dezembro de 1878. Ano: I. Número 37.

A ÉPOCA- órgão conservador. Teresina, 18 de setembro de 1880. Ano: III. Número 126.

O PIAUHY. Teresina, 10 de abril de 1869. Ano: II. Número 72.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ- APEPI. Fundo: Palácio do governo. Série: não tem. Subsérie: Escravos. Século XIX. Anos: não tem. Caixa: 417.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ- APEPI. Assunto: Leis, Decretos e Resoluções. Caixa: 03. Ano: 1874 a 1884. Índice Alfabético das leis provinciais do Piauí-promulgadas de 1835 a 1878.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ- APEPI. Teresina. Livro de notas. Número 02. Cartório do primeiro Ofício. Ano: 1855-1856.

NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRAFIA- NPHEd. Recenseamento Geral do Império de 1872. Teresina.

### Bibliografia

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro- 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

ASSIS, Machado J. M. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: abril, 2010.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.

CARVALHO, Genimar M. R. *Construtores e aprendizes: cativos da Nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. O perfil dos Trabalhadores Escravizados de Teresina: uma análise do censo de 1872. In: EUGÊNIO, João Kennedy; LIMA, Solimar Oliveira. Org. *Escravidão Negra no Piauí e temas conexos*. Teresina: EDUFPI/PET, 2014.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

- CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.
- COSTA, Francisco A. P. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.
- COSTA, Francisca R. *Escravidão e conflitos: cotidiano, resistência e controle de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: EDUFPI, 2014.
- FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relação Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.
- FILHO, Celso Pinheiro. *História da Imprensa no Piauí*. 3ed. Teresina: Halley S.A Gráfica e Editora, 1997.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal; Apresentação de Fernando Henrique Cardoso. – 51ª Ed. Ver. – São Paulo: Global, 2006.*
- GANDARA, Gercinair Silvério. Rio Parnaíba... um cadinho de mim e a história ambiental. *Textos de História*, vol. 17, no 1, 2009. Pós-doutoranda CAPES/UFG.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3ª.ed São Paulo: Ática, 2010.
- GINZBURG, Carlo. Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história. In: \_\_\_\_\_ . *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.
- MAESTRI, Mário. *Como era Gostoso ser Escravo no Brasil: a Apologia da Servidão Voluntária de Kátia de Queirós Mattoso*. *Revista Crítica Histórica* Ano VI, nº 12, dezembro/2015.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN. 2010.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí: lutas partidárias e a situação da Província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ROSSI, Aldo. *Arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SCHWARTZ, Stuart. B. *Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery*. *The Hispanic American Historical Review*, Duke University Press, 57 (1), 1977.

SILVA, Eduardo. *Entre zumbi e Pai-João*, o escravo que negocia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago. 1985. Caderno especial.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuques na rua dos negros*: escravo e polícia na cidade de Teresina, séc. XIX. Teresina EDUFPI, 2014.

SILVA, Marilene R. N. da. *Negro na rua*: a nova face da escravidão. São Paulo: Hucitec; Brasília: CNPq, 1988.

SOARES, Débora Lainny Cardoso. *(In) justiça no sertão*: escravidão, processo crimes e o aparato judicial no Piauí (1850-1888). Teresina: EDUFPI, 2014.

SOARES, Luiz Carlos. *“O Povo de Cam” na Capital do Brasil*: a escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj- 7letras, 2007.

SOUSA, T. M. L. *Filhos do Sol do Equador*: As vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX. 2012. 246 f. (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2012.

VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Os letrados e a sociedade no Brasil colonial. Petrópolis, Vozes, 1986.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Rodrigo Caetano Silva** é mestrando em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

---

Recebido em 27/02/2016

Aceito em 27/05/2016